



O presidente Jair Bolsonaro em reunião com governadores no Palácio do Planalto. Marcos Corrêa/Divulgação Presidência

Bolsonaro foca terras indígenas em encontro sobre queimadas

Governadores da Amazônia pedem que Brasil aceite oferta de dinheiro do G7

Gustavo Uribe e Ricardo Della Colecchia

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PSL) deixou em segundo plano a série de queimadas e priorizou críticas a terras indígenas em reunião nesta terça (27) com os governadores da Amazônia Legal. No encontro, no Palácio do Planalto, Bolsonaro fez questão de questionar cada autoridade sobre o percentual de áreas indígenas em seus estados e chamou de "irresponsabilidade" a política de demarcação de governos anteriores. "A Amazônia foi usada politicamente desde o [ex-presidente Fernando] Collor", disse. "Aos que me antecederam, foi uma irresponsabilidade essa política adotada no passado, usando o índio ao inviabilizar esses estados", ressaltou.

A expectativa inicial era de que o encontro discutisse políticas para evitar novos incêndios criminosos. Na chegada ao encontro, os governadores de Amazonas, Pará e Roraima defenderam, por exemplo, que o governo aceitasse o montante de US\$ 20 milhões (cerca de R\$ 83 milhões) oferecido pelos países do G7.

O auxílio foi anunciado pelo presidente da França, Emmanuel Macron, que tem trocado críticas com Bolsonaro sobre a onda de incêndios. O Planalto chegou a informar a jornalistas que a verba seria recusada, mas, na manhã desta terça, Bolsonaro disse que pode aceitar o montante caso Macron peça desculpas por tê-lo chamado de mentiroso e recue da sua defesa de um status internacional para a Amazônia.

O tema, no entanto, foi pouco abordado. Em seu discurso, o presidente afirmou que muitas terras indígenas têm "aspecto estratégico", que índios que não falam português e que uma das intenções das demarcações é inviabilizar o país no campo econômico. "Se eu demarcar agora, o fogo na floresta amazônica acaba em dois minutos", disse. "Eles querem a nossa soberania e que nós possamos decidir o futuro da Amazônia com racionalidade. Ninguém quer destruir a Amazônia."

A reunião foi transmitida ao vivo pela TV do governo e pelas redes sociais de Bolsonaro. Em boa parte do encontro, o presidente discursou com foco no eleitorado, olhando para a câmera, e não para os go-

vernadores presentes. "Essa questão ambiental tem de ser conduzida com racionalidade, não com esta quase selvageria como foi nos outros governos", afirmou.

O presidente anunciou que até a quinta-feira da próxima semana fechará um pacote de medidas, com sugestões dos governadores presentes, para a região amazônica. Ele não detalhou as propostas.

Bolsonaro aproveitou ainda a reunião para retomar as críticas ao presidente da França. "O que o Macron acabou de dizer, que a internacionalização da Amazônia está aberta, não deixa de ser uma realidade na cabeça dele. Temos que nos unir para preservar o que é nosso", disse.

Participaram da reunião convocada por Bolsonaro os governadores de Mato Grosso (Mauro Mendes), Maranhão (Flávio Dino), Pará (Helder Barbalho), Amazonas (Wilson Lima), Rondônia (Marcos Rocha), Tocantins (Mauro Carlesse), Amapá (Waldez Góes) e Roraima (Antonio Denarium), além do vice-governador do Acre, Werlles Rocha.

Eles reagiram de forma diferente às declarações de Bolsonaro. Alguns endossaram o mandato e disseram que terras indígenas e quilombolas engessam o desenvolvimento dos seus estados.

Couto e Barbalho e a Dino adotaram tom mais moderado. O primeiro inclusive fez um contraponto nas críticas a Bolsonaro. Ele disse que, diante de uma crise ambiental da magnitude atual, o país tem perdido "muito tempo" com

a troca de acusações.

"Acho que estamos perdendo muito tempo com o Macron, temos que sinalizar para o mundo a diplomacia ambiental que é fundamental para o agronegócio", disse.

O governador parense defendeu ainda que o país aceite as ofertas internacionais de ajuda e use os recursos disponíveis no Fundo Amazônia.

O tema da ajuda internacional repercutiu no Congresso. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), opinou que o país não deve rejeitar o auxílio dos líderes do G7. "O Brasil não deve abrir mão de nenhum real", disse. Maia afirmou que o governo tem soberania para decidir como alocar os recursos e que, por isso, não deveria recusá-los.

Na reunião de Bolsonaro com governadores, Flávio Dino pontuou que o país não pode se isolar na arena internacional. "O diálogo com outros países é imprescindível. Se o Brasil se isola, se expõe a sanções comerciais gravíssimas contra os nossos produtores."

O governador de Roraima, Antonio Denarium, usou sua fala para apoiar a de Bolsonaro. "O estado de Roraima tem sido penalizado nos últimos 30 anos por políticas ambientais e indígenas", pontuou. "Hoje o Ibama chega e multa sem direito de defesa."

Declarações do mesmo sentido foram feitas pelos representantes de Tocantins e Rondônia. O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, destacou que o agronegócio brasileiro pode ser prejudicado caso haja uma piora na imagem do Brasil no exterior.

Apesar da fala, ele criticou o presidente francês e disse que Bolsonaro atua para tentar criar "possíveis barreiras verdes" para produtos brasileiros. "O que me preocupa mais é essa guerra de comunicação patrocinada pelos nossos concorrentes internacionais."

No início da noite desta terça, o porta-voz da Presidência mudou a versão sobre a condição para que o Brasil receba a ajuda oferecida pelo G7. "O governo está aberto a receber dos órgãos internacionais, dos países, verbas — desde que a governança seja nossa", disse. Questionado sobre se a aceitação dos R\$ 83 milhões está vinculada a reatuação por parte de Macron, Régio Barros não respondeu.

"O governo não rasga dinheiro, não. Não rasga e não rasgará", afirmou o porta-voz. Na França, Macron sugeriu, em discurso a embaixadores, em discurso a Bolsonaro em sua réplica às considerações de Paris. Na fala, em que não citou seu homólogo brasileiro, ele chamou de "erro profundo" a adoção de postura hostil em resposta a emergências que ultrapassam limites nacionais.

"A Amazônia é estratégica para o mundo inteiro, tanto em termos de aquecimento global quanto de biodiversidade", disse. "Nesse sentido, notei as inquietudes, a falta de tato de alguns dirigentes, ao considerarem que soberania, no fundo, era agressividade."

Colaborou Lucas Neves, de Paris.

Governo aceita 10 milhões de libras do Reino Unido

BRASÍLIA O governo federal informou na noite desta terça (27) ter recebido e aceitado uma oferta de 10 milhões de libras (R\$ 50,6 milhões) do Reino Unido para combater as queimadas na Amazônia.

De acordo com informações do Palácio do Planalto e do Ministério de Relações Exteriores, a oferta foi feita pelo secretário de estado britânico, Dominic Raab, em conversa com o chanceler brasileiro, Ernesto Araújo.

O governo informou ainda que a aceitação dos recursos ocorrerá mediante a condição de que o dinheiro fique sob a coordenação do Brasil. A ajuda dos britânicos ocorre em meio a um impasse sobre oferta de US\$ 22 milhões (cerca de R\$ 83 milhões) feita pelo francês Emmanuel Macron no encontro do G7.

O Planalto não soube detalhar de que forma a ajuda britânica será aplicada. As equipes técnicas ainda trabalham nesses pontos, informaram autoridades brasileiras.

Segundo interlocutores que acompanham o caso, o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, determinou que o dinheiro fosse oferecido para aplicação, a curto prazo, em negócios e comunidades afetadas pelos incêndios.

A longo prazo, a ideia é que os recursos sejam usados para proteção da floresta com uso da terra de forma sustentável. Talita Fernandes e RDC. Leia mais na pág. A29

É preciso resistir aos líderes trovejantes, diz ex-ministra francesa

ENTREVISTA SÉGOLENE ROYAL

Maria de França

PARIS | LA RÉGLE DU JEU Para Ségolène Royal, ex-ministra do Meio Ambiente, Energia e Mar da França e uma das responsáveis pela realização da conferência climática da ONU, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, "deu rédeas livres àqueles que lucram com o desmatamento" e que ele não está respeitando o Acordo de Paris.

"O que é deplorável com esses líderes trovejantes que chegam à chefia de Estado e ignoram as questões ecológicas, que pregam o discurso do 'eu em primeiro lugar', é que eles provocam desgastes enormes e às vezes irreversíveis", diz.

O líder brasileiro, avalia, deixa o agronegócio sobrepujar a preservação do ambiente e agredir populações indígenas e a biodiversidade. "Ele fala o que seus financiadores querem ouvir e não se importa com o que vai acontecer mais tarde."

A Amazônia está sendo assolada por incêndios devastadores. As florestas, assim como os oceanos, são o que chamamos de sumidouros naturais de carbono. Quando a floresta queima, não apenas é liberado gás carbônico devido aos incêndios, como o encolhimento da floresta reduz obrigatoriamente seu papel de oxigenação do planeta. Sem falar na destruição da biodiversidade.

O presidente brasileiro declarou primeiramente que as ONGs seriam responsáveis por "incêndios criminosos". As declarações de Bolsonaro com relação às ONGs são escandalosas porque é evidente que, pelo contrário, os incêndios são frutos da ação criminal daqueles que desmatam a floresta. E sabemos que as queimadas permitem o desmatamento muito mais rápido e que é mais fácil obter autorizações de desmate a posteriori para as grandes culturas intensivas. É um processo criminal, um ecocídio que infelizmente é muito clássico.

A senhora é uma das arquitetas da COP 21. O presidente brasileiro declarou que quer tirar o Brasil do Acordo de Paris, mas depois recuou. Bolsonaro estaria respeitando os compromissos do Acordo? Não está respeitando por enquanto. Faz parte do Acordo de Paris, por exemplo, a proibição do desmatamento e o aumento das energias renováveis. Precisamos confrontar o chamado "efeito Trump".

Temos agora como interlocutores líderes muito diferentes daqueles que assinaram o Acordo. Em lugar de Barack Obama temos Donald Trump, no lugar de Dilma Rousseff, temos Bolsonaro. Ainda bem que, na época, não fomos obrigados a tratar com os loucos desvairados de hoje; eles teriam sem dúvida derrubado a COP 21.

O atual ministro brasileiro do Meio Ambiente [Ricardo Salles] disse que as discussões sobre o aquecimento global são secundária. Lamentavelmente, não existe nenhum conselho internacional de segurança do Meio Ambiente. Entre as propostas do Acordo de Paris estava a ideia da criação de um conselho que teria permitido impor sanções aos países que não o respeitassem. Desse modo teríamos uma maneira de punir os que ameaçam o restante do planeta.

Segundo Bolsonaro, a motivação de países como a França seria política. É uma ideia compartilhada por muitas pessoas no Brasil. Mas a Amazônia abrange nove países, um dos quais é a França, com a Guiana Francesa. E as florestas virgens, assim como o oceano, são os bens comuns da humanidade.

Aqueles que destroem o ambiente arcarão com as consequências disso. Fenômenos de seca e de calor extremo serão observados sem dúvida nos próximos meses. E o impacto será rápido para o Brasil, infelizmente.

Quais podem ser os impactos sobre a Guiana Francesa daquilo que está ocorrendo no Brasil hoje? Apesar da grande área da Amazônia, os efeitos climáticos sempre são sentidos em outras regiões. Vale lembrar que o derretimento do gelo no polo Norte tem um impacto sobre o ressecamento do Sahe. Com a proximidade dos espaços amazônicos uns dos outros, o impacto é ainda maior e mais rápido.

Os interesses do poderoso agronegócio brasileiro podem coexistir pacificamente com a defesa da fauna, da flora e das populações indígenas? Não. Elas não podem coexistir. A diversidade de plantas, de aves e sobretudo a sobrevivência das populações autóctonas estão gravemente ameaçadas. É inevitável que ocorram catástrofes no Brasil. Só que, como isso não coincide com eleições, o presidente brasileiro pouco se importa.

Voltamos à necessidade de criar uma autoridade internacional superior que possa sancionar esses dirigentes tão perigosos.

A França quer bloquear o acordo entre a UE e o Mercosul, mas a Alemanha acha que essa "não é a resposta apropriada". Estados Unidos e China declararam que querem negociar acordos comerciais com o Brasil. Qual é sua posição a esse respeito? A suspensão do Mercosul é uma boa iniciativa de Emmanuel Macron. É preciso entender que o Acordo de Paris chegou depois de iniciadas as negociações comerciais. Mas se impõe a elas.

Esta entrevista foi publicada simultaneamente na revista La Règle du Jeu. Tradução de Clara Alaim



A ex-ministra francesa Ségolène Royal. Christophe Archambault/JAP